PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I: Estudo de caso.





CANESCHI, Thaynara. COELHO, Tatiana Costa - ORIENTADORA.

PEDAGOGIA

INTRODUÇÃO

Apesar das transformações vivenciadas na sociedade atual, e evocação constante da liberdade e da democracia tão prezados pela constituição brasileira denominada como cidadã, ainda presenciasse a exclusão, principalmente no que diz respeito a população afro brasileira. O Brasil comprovadamente é um país que abriga uma imensa diversidade étnica e racial, contudo, ainda se vivencia um posicionamento excludente alimentado por diversas vezes, pela desigualdade social. Normalmente, as manifestações do racismo e preconceito ocorrem de maneira implícita. Esse comportamento é fruto do conjunto de ideologias que negam a existência da desigualdade social.

Diante dessa negação dificulta-se a presença do racismo e do preconceito nas relações do cotidiano, em especial no ambiente escolar, resultando no ocultamento e neutralização, favorecendo suas reproduções e manutenções.

No ambiente escolar é fundamental o estudo das relações étnicoraciais, onde é necessário que docentes e discentes entendam a importância de seu questionamento e a promoção da desconstrução do racismo.

É comum entender a escola como um ambiente democrático, na qual preze pelo respeito a diversidade e a permanência de todos na educação, de forma igualitária. Portanto professores devem rever suas práticas e ajudar na construção do respeito, tolerância e justiça em seus alunos.

Desse modo, reconhecendo a importância dos estudos sobre as relações étnicas e raciais no âmbito escolar, questiona-se: Existe algum tipo de intervenção no fundamental I voltada para análise das relações étnica e raciais? Portanto, partindo desse pressuposto, o presente trabalho tem por objetivo analisar as práticas e representações acerca dos problemas enfrentados pelo corpo docente e pelos gestores vivenciados no ensino fundamental I, tendo como finalidade analisar se o corpo docente presente dentro da instituição estudada promove projetos pedagógicos voltados para as relações étnico-raciais.

METODOLOGIA

Como ferramenta para a pesquisa em questão, utilizamos o recurso do google formulários (google forms). No "Google Forms", foi elaborado dois questionários com questões abertas e fechadas. Esses questionários serão enviados via WhatsApp para professores e gestores de uma escola da rede municipal de Ubá – MG com o intuito de analisar se existe alguma intervenção pedagógica voltada para a análise das relações étnicos e raciais presente no ensino fundamental I. Partindo desse pressuposto, o questionário que será aplicado aos docentes (https://forms.gle/ZP6SJJ4ZeTKRJF8f7) terá como finalidade apresentar como o assunto sobre relações étnicas e raciais é trabalhado em sala de aula. Já para os gestores (https://forms.gle/2CxPfhv2j6Tc2S1P9), o questionário aplicado terá como objetivo analisar de que forma a escola estudada promove a conscientização das relações étnicas e raciais e se existe algum projeto pedagógico voltado para esse assunto. Ao final, quando todos estiverem respondidos, as respostas serão analisadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os resultados da pesquisa, notamos a presença de 100% de profissionais de pele clara em cargos superiores, mostrando assim a desigualdade racial presente em nosso país. Um resultado interessante da pesquisa é que para os entrevistados, dentro de um ambiente escolar a discriminação advém mais dos alunos.

Em uma das perguntas foi retratado a questão da lei nº 10.639/03, onde é notório o conhecimento de todos em relação a mesma, apresentando-se um resultado de 100% na pesquisa (professores e gestores), além disso, foi questionado como a escola se aplica a lei. Percebe-se, através da análise dos dados que os gestores trabalham através de projetos e atividades interdisciplinares procurando incorporar o assunto nas discussões de reuniões pedagógicas, grupos de estudo e momentos de formação ajudando assim na capacitação dos professores.

De acordo com os resultados da pesquisa o tema preconceito é visto na escola de forma superficial, tendo um percentual de 66,7%, onde a escola poderia e deveria melhor trabalhar com o tema, através de palestras, projetos e atividades interdisciplinares. Nesta instância foi feito uma análise em relação ao questionário por parte dos professores. Através dos resultados obtidos foi possível perceber a interação de cor e raça entre os profissionais da educação, professores, no qual tivemos um percentual de 42,9% de professores da pele clara e 42,9% de professores pardos, apenas uma professora se considera negra (14,2%). E interessante que as escolas promovam um maior conhecimento sobre as heranças culturais brasileiras, e percebemos na aplicação do questionário que 85,7% dos entrevistados (professores e gestores) concordam com essa afirmação. Sendo interessante investir principalmente na superação da discriminação e na promoção do conhecimento da riqueza apresentada pela diversidade cultural que compõe nosso território nacional. Em suma, é importante que seja trabalhado de forma simples e ampla questões referentes as relações étnico-raciais, fazendo com que os alunos entendem e respeitam a diversidade étnica cultural do nosso Brasil.

CONCLUSÃO

Após as reflexões aqui apresentadas podemos perceber que a educação é um direito de todos. Com isso, a escola tem que se constituir em um espaço acolhedor da diversidade e promover uma educação inclusiva. Portanto a escola tem o desafio de educar para todos. O objetivo principal é a urgência de se reduzir o preconceito e a discriminação que são presenciadas nas instituições de ensino. Um ponto importante de ser tratado é a falta de educadores preparados para discutir esse tipo de tema em sala de aula. Neste viés as instituições de ensino devem trabalhar e incentivar na formação de seus professores, a partir de projetos, palestras e nas reuniões pedagógicas. Com isso podemos concluir que é importante mostrar nos conteúdos trabalhados em sala uma amplitude mais rica de cultura e a resistência que os escravos tiveram. É importante repassar para os alunos que a escravidão, considerada um marco histórico, não aconteceu porque um povo é melhor do que o outro, mas por interesses econômicos. Neste sentido o aluno negro passa a se identificar e valorizar-se enquanto negro, onde ser herdeiro quilombola deveria e deve ser motivo de orgulho e resistência e não de vergonha e cabe ao professor produzir a desconstrução da democracia racial dentro do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasileira, DF, 9 de jan. 2003. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 28 de abr. de 2020.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da união, Brasília, DF, 8 de jan. 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 28 de abr. de 2020.

DEL PRIORE, Mary. **Uma breve história do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Planalto, 2016.

GONZALEZ, Lélia; HASENBAL, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982.

SILVA, Daniel Neves. Escravidão no Brasil: formas de resistência. Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historiab/a-resistencia-dosescravos.htm. Acesso em: 27 de abr. de 2020.

WILLIANS, Eric. Capitalismo e Escravidão. 1. ed.: Companhia das Letras, 2012.